



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA/MT

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 02/2019

Assunto: Avaliação quanto à existência, adequação e eficácia dos controles instituídos na Entidade avaliada em Gestão de Frotas.

UNIDADE AUDITADA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
GESTOR DA UNIDADE	EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO – PREFEITO MUNICIPAL MAGNO ANTONIO GONÇAVES – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO EXAMINADO	GESTÃO DE FROTAS

I. INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº **001/UCI/2019**, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre atos e consequentes fatos de gestão, ocorridos na Unidade Auditada, no período de **06/08/2019** a **30/08/2019**.

O órgão de Controle Interno da Prefeitura de Santa Terezinha – MT, foi instituído pela Lei Municipal nº 455/2007. A responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, Art. 74 e 31, e Lei Municipal nº 1094/2007. A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição Federal no § 1º, do art. 74. A responsabilidade do órgão de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e Poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à verificação dos sistemas de controles já instituídos.

A partir de Março do exercício de 2017, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso promoveu, em parceria com a Controladoria Geral da União, a 3ª Etapa do Projeto de Melhoria dos Controles Internos dos Fiscalizados onde promoveu a oficina de capacitação destinada a capacitação de controladores e auditores internos dos municípios com foco na Avaliação de Controles Internos inerentes



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

a Gestão de Frotas. Como parte dos trabalhos de avaliação os servidores capacitados tem como atividade a realização de auditoria de avaliação dos controles internos nos processos organizacionais de Gestão de Frotas do município, aplicando os conhecimentos adquiridos na oficina ministrada pelo TCE/MT.

Desta forma, emitimos a ordem de serviço nº 001/UCI/2019 para a realização deste trabalho, de cunho orientativo, porém não menos importante que as demais avaliações feitas no dia a dia da Unidade de Controle Interno. Como resultado deste trabalho apresenta-se o relatório final permitindo o conhecimento por parte dos gestores dos resultados obtidos.

II. ESCOPO

Os trabalhos foram realizados junto as Secretarias Municipais, priorizando-se os setores envolvidos com o processo de Frotas, na análise da aplicação dos controles internos da gestão de contratações públicas, no período de **06/08/2019** a **30/08/2019**, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho.

Ressalto que o termino previsto, incluindo a elaboração do relatório é a data de **30/10/2019**, o período expresso no parágrafo anterior refere-se ao período de levantamento de dados, tratamento das informações, respostas ao TCE/MT e confecção de relatório.

Não tivemos nenhuma restrição imposta à realização dos exames, tanto físicos, documentais ou in loco. De acordo com o escopo definido pela equipe de auditoria, e em face dos nossos exames, realizados por amostragem, foram efetuadas as seguintes análises:

Sistema de Controle Interno - Avaliação da estrutura de controles internos em Gestão de Frotas, qual seja, a área de gestão de frotas, abordando aspectos essenciais relacionados às atividades de gestão de riscos e de controle aplicadas sobre uma amostra de processos, abrangendo as categorias de objetivo operacionais e de conformidade da área avaliada.

1. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Controle interno é o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para as unidades jurisdicionadas sejam alcançados (IN TCU nº 63/2010).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

A avaliação de controle interno visa avaliar o grau em que o controle interno de organizações, programas e atividades governamentais assegura, de forma razoável, que, na consecução de suas missões, objetivos e metas, os princípios constitucionais da administração pública sejam obedecidos; as operações sejam executadas com eficiência, eficácia e efetividade, de maneira ordenada, ética e econômica e em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis; as informações e os registros produzidos sejam íntegros, confiáveis e estejam disponíveis para apoiar o processo decisório e para o cumprimento das obrigações de prestar contas; e os recursos, bens e ativos públicos sejam protegidos de maneira adequada contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida. (Acórdão nº 411/2013 – TCU – Plenário)

A responsabilidade por conceber, implantar, manter e monitorar controles internos para assegurar os objetivos acima mencionados é da administração do órgão ou entidade pública, cabendo à auditoria interna ou ao órgão de controle interno da entidade avaliar a qualidade e a eficácia desses processos.

Com objetivo de avaliar a estrutura de controles internos instituída pela Prefeitura de Santa Terezinha - MT com vistas a garantir que os objetivos estratégicos da gestão de frotas sejam atingidos, foi analisado o componente do controle interno denominado atividades de controle.

Atividades de controle são as políticas e procedimentos estabelecidos pela administração da prefeitura que ajudam a assegurar que as diretrizes estejam sendo seguidas. As atividades de controle devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas incluem uma gama de controles preventivos e detectivos, como procedimentos de autorização e aprovação, segregação de funções (autorização, execução, registro e controle), controles de acesso a recursos e registros, verificações, conciliações, revisões de desempenho, avaliação de operações, de processos e de atividades, supervisão direta etc.

Nesse sentido, destaca-se a seguir, de forma conceitual, algumas considerações da área supracitada, cuja existência estão diretamente relacionadas com as fragilidades que possam existir nas mais diversas áreas de atuação da Unidade de Controle Interno:

a) Formalização dos procedimentos

Dentre os controles preventivos inerentes as atividades de controle, destaca-se a formalização de procedimentos, uma vez que todas as atividades importantes devem ser documentadas de forma completa e precisa, a fim de que seja fácil rastrear as informações desde o momento de autorização até a conclusão.

As unidades devem, assim, elaborar normas e manuais com a descrição detalhada dos procedimentos, de forma a orientar seus servidores e empregados e uniformizar os procedimentos adotados, evitando falhas na execução e prejuízos com retrabalho.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

A inexistência de normas ou manuais detalhando os procedimentos a serem observados nas atividades de gestão de frotas, ou outras como, seleção de peças e combustível, programação de compras, aquisição (licitação e contratos), recebimento, armazenamento, controle, distribuição e dispensação, podem levar à execução errônea das atividades e retrabalhos e resultar em danos financeiros ou prática de atos ilegais advindos de seleção inadequada de medicamentos, aquisições mediante dispensas ou inexigibilidades indevidas, compras subestimadas ou superestimadas de materiais de consumo, falhas nos procedimentos licitatórios, e assinatura de contratos irregulares, falhas no acompanhamento e fiscalização dos contratos, bem como condições inadequadas de armazenamentos.

b) Controles legais

Os controles legais são instrumentos de controle preventivo, que, devido a sua importância na prevenção de erros e falhas e desvios, foram inseridos na legislação. Trata-se de um conjunto de regras, descrito na lei ou em normativos infra legais, ou, ainda, em jurisprudência consolidada do TCU ou dos tribunais superiores. Estas regras são essenciais para o controle, sendo obrigatórias para toda a administração pública. A sua inobservância configura irregularidade, demandando correção imediata por parte da entidade.

Os controles positivados pela lei, normativos infra legais, ou, ainda, em jurisprudência consolidada do TCU ou dos tribunais superiores foram criados para elevar a segurança de que os princípios da administração pública sejam observados na execução das atividades de Gestão de Frotas, incluindo suas aquisições e contratações. Assim sendo, sua inobservância e o consequente desvirtuamento caracterizam-se como irregularidades que podem ocasionar má prestação dos serviços públicos, além de poder acarretar prejuízos ao erário.

c) Controles preventivos de fraudes e conluios

Diversas atividades específicas do controle podem ser eficazes na prevenção de fraudes e abusos, tais como a análise circunstanciada dos licitantes, das propostas e das alterações contratuais e a verificação das cláusulas contidas nos editais, a fim de evitar direcionamento, fracionamento do objeto ou jogo de planilha.

Entre os procedimentos de rotina preventivos de fraudes e conluios se verificam os possíveis relacionamentos que possam comprometer o caráter competitivo dos certames licitatórios (endereço, sócios, telefone e/ou e-mail comuns; sobrenomes comuns de sócios/administradores; área de atuação incompatível; data de constituição ou de registro na Junta Comercial próximo da data do certame; sócios com parentesco com servidores da prefeitura; propostas com mesmo padrão de apresentação, mesmas



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

características de abreviação e pontuação e mesmos erros ortográficos ou gramaticais; etc.), entretanto, informa que realiza consulta para verificar a ocorrência de penalidades que impedem as empresas de licitar e contratar, especialmente o Cadastro Específico de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ e Cadastro de Inidôneos do TCU.

Por consequência, a falta de uma análise dos documentos de habilitação e proposta de preços das licitantes, das alterações contratuais e dos cadastros de registro de penalidades, pode levar à ocorrência de contratação de empresas inidôneas ou impedidas; obtenção de objeto que não atende plenamente às características desejadas; não obtenção da proposta mais vantajosa; sobrepreço/superfaturamento; conluio de licitantes; fraude à licitação ou outras atividades ilícitas com prejuízo ao erário.

d) Controles gerenciais/acompanhamento das atividades

O controle gerencial é uma importante ferramenta que visa levar a organização a atingir seus objetivos institucionais. Um controle gerencial eficaz tem por objetivos:

- a) produzir informações que possibilitem aos gestores a tomada de decisões, para que a organização atinja os seus objetivos;
- b) avaliar o desempenho da organização na execução das suas atividades meio e fim, tomando como parâmetros os conceitos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, tendo em vista os seus objetivos;
- c) avaliar o desempenho dos setores administrativos tendo em vista as suas finalidades organizacionais;
- d) avaliar a execução das ações planejadas e programadas para o período.

Dentre as avaliações de um sistema de controle gerencial, pode-se destacar aquela relacionada ao acompanhamento processual, compra e manutenção de ET,s, de modo a identificar o tempo médio gasto em cada etapa do processo, assim como os obstáculos que possam impactar seu andamento regular.

e) Segregação de funções

A segregação de funções ou atividades, princípio básico de controle interno e essencial para a sua efetividade, consiste na separação de atribuições ou responsabilidades das funções consideradas incompatíveis entre diferentes pessoas. Funções são consideradas incompatíveis quando é possível que



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

um indivíduo cometa um erro ou fraude e esteja em posição que lhe permita esconder o erro ou a fraude no curso normal de suas atribuições.

Esta atividade de controle preventiva diminui a probabilidade de que erros, impropriedades ou irregularidades ocorram e não sejam detectados.

Espera-se que a direção identifique as funções incompatíveis associadas aos processos de trabalho e implemente políticas com vistas à segregação dessas funções.

A separação da responsabilidade das atividades de controle de estoque e de atesto de recebimento de materiais visa impedir possibilidades de extravio de materiais e de recebimentos a menor, fatos que podem ser ocultados caso um único servidor seja responsável pelas duas atividades.

A não identificação das funções ou atividades incompatíveis e a consequente implementação de políticas de forma a estabelecer a separação para o exercício destas funções sujeita a instituição a não detecção de eventuais erros e impropriedades na execução dos processos de trabalho com possíveis prejuízos financeiros. Além disso, favorece a ocorrência de irregularidades por concentrar em um único responsável, ações que deveriam ser realizadas por vários.

II – CONCEITOS

a) Equipamento de Transporte (ET): Veículos, máquinas ou equipamentos movidos a motor de propulsão para transportar pessoas ou coisas (ex.: automóveis, micro-ônibus, ônibus, motocicletas, caminhonetes, reboques, caminhões, utilitários e tratores).

b) Frota Pública: Conjunto de ETs de propriedade ou à disposição das organizações públicas para consecução de serviços públicos de interesse da sociedade.

c) Classificação da Frota: Segmentação dos ETs em grupos, conforme critérios estabelecidos pela própria Organização, como o tipo de serviço ou a utilidade ou os usuários (ex.: veículos de representação, veículos especiais, veículos de transporte institucional, veículos de serviços comuns e veículos de serviços especiais).

c) Sistema de Transportes (ST): Conjunto de atividades e procedimentos que tem como objetivo atender satisfatoriamente a demanda por transporte de uma Organização, de maneira eficaz, eficiente, econômica e segurança. É composto pelas funções de operação, de manutenção e de gestão.

e) Função de Operação: Função que visa acompanhar a movimentação dos ETs para o atendimento das necessidades de transporte da Organização.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

f) Função de Manutenção: Função que visa acompanhar as ações voltadas diretamente para a conservação da frota, visando mantê-la sempre em condições de operação.

g) Função de Gestão: Função que visa acompanhar sistematicamente o desempenho da frota, através da análise das informações das funções de operação e de manutenção.

h) Condutores: Pessoas habilitadas e credenciadas para dirigir ou operar os ETs da frota de uma Organização.

III. RESULTADO DOS TRABALHOS

Com base em elementos de conhecimento prévio sobre a unidade auditada e ainda, considerando o Planejamento Anual de Auditoria da Unidade Central de Controle Interno do Município, bem como as alterações do PAAI em atenção aos projetos orientados pelo TCE/MT, apresenta-se a seguir o resultado dos trabalhos de avaliação dos controles internos com base no questionário de avaliação dos controles internos (QACI) – Gestão de Contratações Públicas, fornecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, como parte integrante de capacitação ora ministrada.

A dificuldade de se chegar a um resultado reside na abrangência e complexidade das atividades, bem como na diversidade de aquisições existentes no âmbito da Prefeitura de Santa Terezinha.

O Município de Santa Terezinha – MT, possui 7 secretarias e o gabinete do prefeito, totalizando 08 unidades gestoras de recursos, que demandam trabalho para o atendimento de diversas finalidades buscando atender os objetivos da instituição, todas estas unidades executoras necessitam diariamente aquisições, seja para a manutenção ou para a conclusão de projetos específicos, independente do tamanho da aquisição, faz-se necessária a existência de controles e procedimentos estabelecidos.

Foram aplicadas técnicas de auditoria com o intuito de juntar informações para subsidiar o preenchimento do questionário de avaliação de controle interno – Gestão de Frotas, fornecido pelo TCE MT.

Neste trabalho, foi utilizado o Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI) para coleta de dados junto ao gestor municipal, no que se refere aos controles internos existentes na atividade de Gestão de Contratações Públicas. O QACI foi confeccionado com base nos conceitos e terminologias constantes nas Normas de Controle Interno do Escritório Geral de Contabilidade dos Estados Unidos (GAO – Ferramenta de Gestão e Avaliação de Controle Interno), que foi construído com fundamento na metodologia delineada no modelo de referência do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO I – Estrutura integrada de controles internos).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

O Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI) – Gestão de Frotas, foi elaborado para mensurar a eficácia do controle dentro do dia a dia da prefeitura de Santa Terezinha - MT, e tem como parâmetro de respostas os critérios abaixo, que são avaliados a partir de instrumentos elaborados para este fim e fazem parte dos papéis de trabalho desta auditoria.

Escala de Eficácia do Controle	Situação do Controle
0 – Inexistente	Ausência completa do controle
1 – Fraco	Em desenvolvimento; informal; sem disseminação; sem aplicação efetiva; quase sempre falha
2 – Mediano	Formalizado, conhecido, adotado na prática, funciona na maior parte das vezes; pode ser aprimorado
3 – Forte	Mitiga o risco em todos os aspectos relevantes; sem falhas detectadas; pode ser enquadrado num nível de “melhor prática”

O Score Total está representado de forma reduzida em anexo ao presente relatório.

A partir do QACI, serão apresentadas as situações relativas a cada questão, assim como poderão ser apresentadas as percepções para a avaliação dos controles referentes a Gestão de Contratações Públicas bem como a apresentação de recomendações para melhoria. Optou-se por este modelo para melhor compreensão sobre o que é pedido no QACI, como segue:

01 - A execução das principais atividades envolvidas no gerenciamento da frota está amparada por ato normativo, devidamente formalizado e detalhado?

Situação identificada – A entidade possui a Instrução Normativa STR 006/2011 que regulamenta a os procedimentos de controle do uso da frota de veículos do município de Santa Terezinha-MT, no entanto podemos observar que os procedimentos realizados pelo departamento de frotas não segue a Instrução Normativa, podendo assim ocorrer erros graves que podem ocasionar em fraudes, conclusos e desvio da atividade final.

Recomendação:

- a) Utilizar-se da Instrução Normativa nº 06/2011 STR para procedimentos em gestão de frotas;



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

02 - Foram elaborados manuais de rotinas e procedimentos detalhando ou padronizando as principais atividades envolvidas no gerenciamento da frota?

Situação identificada – A prefeitura de Santa Terezinha não elaborou manuais de rotinas e procedimentos detalhados e ou padronizando as principais atividades no gerenciamento da frota. Existe apenas a Instrução Normativa de Gestão de Frotas, mesmo assim, seus procedimentos não são colocados em prática.

Recomendação :

- a) Aplicabilidade do manual de normas e procedimentos bem como a disponibilização dos mesmos aos servidores;
- b) Elaboração de manuais de rotinas e procedimentos;

03 – O setor responsável pelo gerenciamento da frota possui recursos humanos, materiais e tecnológicos adequados para o desenvolvimento de suas atividades?

Situação identificada – Existe uma pessoa responsável pelo Gerenciamento da Gestão de Frotas, no entanto as informações não estão sendo inseridas no sistema por falta de relatórios a serem repassados ao servidor. Está sendo implantado um sistema de gerenciamento de Abastecimento de controle de Peças para os veículos do município.

Recomendação :

- a) Inserir informações no sistema frotas, para que o mesmo possa emitir relatórios precisos para tomadas de decisões e real controle dos equipamentos de transportes – TE's;

04 – A gestão da frota é liderada por um gerente de transporte, responsável por planejar, organizar, dirigir e controlar a frota pública?

Situação identificada – O Município não possui um gerente de frotas, as ações são realizadas pelo departamento de compras e pela secretaria municipal de obras, onde possui um almoxarifado para Equipamentos e Transporte e uma oficina própria. Sendo assim não é possível fazer um planejamento para o controle da frota pública.

Recomendação:

- a) Implantar gerenciamento de controle de frotas com gerente responsável;



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

- b) Planejar, organizar, dirigir e controlar a frota pública;

05 – - Os ETs da frota pública possuem identificação visual, conforme especificado no Manual de Identidade Visual da Organização?

Situação identificada – A instituição não possui manual de identificação visual. Alguns veículos tem identificação visual, mas sem padronização, ou seja, cada gestão identifica conforme acha conveniente.

Recomendação:

- a) Elaboração do Manual de Identificação Visual da Organização;

6 – A gestão da frota é realizada por meio de sistema informatizado (software)?

Situação identificada – A entidade possui sistema informatizado para a Gestão de Frotas, no entanto, não esta sendo utilizado, falta inserir as informações no mesmo. Esta sendo implantado sistema de gerenciamento de abastecimento e aquisição de peças, não sendo suficiente, pois o sistema Frotas do município é mais complexo, necessitando de mais relatórios gerenciais para tomada de decisões.

Recomendação

- a) Inserir as informações no sistema informatizado do frotas;

07 – Os documentos dos ETs são devidamente organizados em arquivos físicos individualizados?

Situação identificada – Os documentos de ETs são arquivados, no entanto, não possuem arquivos físicos individualizados.

Recomendação:

- a) Organizar os documentos de ETs em arquivos físicos individualizados;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

08 – É realizado o controle dos prazos de validade dos documentos dos ETs (licenciamento e seguro obrigatório, garantias, seguro facultativo, etc.)?

Situação identificada – A entidade realiza o controle de prazo de validades dos documentos dos ETs.

Recomendação:

- a) Sem recomendações;

09 – Os ETs são registrados analiticamente em cadastros individualizados, de acordo com o manual de rotinas e procedimentos de cadastro da frota?

Situação identificada – A entidade não possui registro analítico dos ETs em cadastro individualizados, não possui também manual de rotinas de procedimentos de cadastro da frota;

Recomendação:

- a) Elabora manual de rotinas e procedimentos de cadastro da frota, bem como criar os registros analíticos individualizados dos ETs.;

10 – Os condutores são cientificados formalmente sobre a possibilidade de serem responsabilizados civil, penal e administrativamente por atos decorrentes da condução dos ETs?

Situação identificada – Os condutores não são cientificados formalmente sobre a possibilidade de serem responsabilizados, civil penal e administrativamente por atos decorrente da condução de ETs. A entidade também não nomeou os membros das comissões de avaliação de processos administrativos.

Recomendação:

- a) Cientificar os condutores formalmente sobre a possibilidade de serem responsabilizados civil, penal e administrativamente por atos decorrentes de condução de ETs.
- b) Nomear comissão para avaliação de processos administrativos.

11 – É realizado o controle da validade da CNH e dos demais requisitos exigidos dos condutores pela legislação e pelos órgãos oficiais de trânsito?



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

Situação identificada – O controle da validade de CNH é realizado através do Recursos Humanos, mas não existe padronização ou critérios para realização deste controle, podendo levar a condutores com documentação vencida na condução de veículos da Frota Municipal.

Recomendação:

- a) Realizar controle padronizado de validade de CNH e demais documentação exigida.

12 – Os condutores recebem periodicamente capacitação técnica (ex.: treinamento de direção defensiva, direção econômica, normas de segurança, legislação de trânsito, primeiros socorros, mecânica básica, etc.)?

Situação identificada – A entidade não realiza capacitação técnica periódica a seus condutores.

Recomendação:

- a) Realizar capacitações técnicas periódicas aos condutores de veículos da frota municipal;

13 – É realizado o controle dos processos administrativos de infração de trânsito e dos processos de ressarcimento de valores ao erário pelo pagamento de multas de trânsito?

Situação identificada – A entidade dispõe do Decreto nº 1306/GP/2018 que rege sobre a responsabilidade decorrente de infrações de trânsito cometidas por servidor público municipal na condução de veículo oficial, no entanto, o mesmo não é posto em prática, não são realizados os processos administrativos para apuração dos fatos e responsabilização dos infratores.

Recomendação:

- a) Executar o Decreto nº 1306/2018 e criar comissão interna para elaboração dos processos administrativos para apurar as infrações.

14 – É realizado o controle dos processos administrativos de apuração de acidentes de trânsito?



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

Situação identificada – A prefeitura de Santa Terezinha não realiza processos administrativos para apuração de acidentes de trânsito, podendo assim, ocasionar danos ao patrimônio público sem o ressarcimento ao mesmo.

Recomendação:

- a) Elaborar processos administrativos para apuração de acidentes de trânsito.

15 – O Ponto de Abastecimento (PA) foi construído e funciona de acordo com as normas técnicas, ambientais, de prevenção a incêndio e de segurança do trabalho sobre armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis?

Situação identificada – A entidade possui o Ponto de Abastecimento, mas não segue todas as normas técnicas ambientais e de prevenção de incêndio e de segurança do trabalho sobre armazenamento de líquidos inflamáveis e combustível e o não se encontra em funcionamento.

Recomendação:

- a) Caso venha o PA, venha a ser utilizado, adapta-lo a todas as normas técnicas exigíveis.

16 – São adotadas práticas de sustentabilidade ambiental no uso da frota (ex.: política de descarte de resíduos, utilização de combustíveis renováveis)?

Situação identificada – Não são adotadas praticas de sustentabilidade ambiental no uso da frota municipal.

Recomendação:

- a) Adotar práticas de sustentabilidade ambiental no uso da frota.

17– São registradas as solicitações de utilização dos Ets?

Situação identificada – Não foram identificadas registros de solicitações para utilização dos Ets.

Recomendação:

- a) Elaborar e padronizar solicitações para utilização dos ETs.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

18 – São registradas as informações da utilizações dos Ets?

Situação identificada – A Prefeitura Municipal não registra as informações da utilização dos ETs, apesar de possui sistema informatizado, não sendo possível a emissão de relatórios ou realizar planejamentos pautados nos mesmos.

Recomendação:

- a) Registrar informações da utilização dos Ets;

19 – Os Ets empregados em obras públicas e serviços realizados em áreas rurais, que possuem como características dificuldade de comprovação da utilização e elevado custo operacional, são monitorados por sistema de rastreamento por satélite (GPS)?

Situação identificada – Ate a presente data da elaboração do QACI a entidade não contava com rastreamento dos ETs através de GPS utilizados na zona rural do município. Foi realizado processo licitatório para sistema de rastreamentos via satélite dos ETs, o mesmo esta em fase implantação.

Recomendação:

- a) Fazer o rastreamento dos ETs utilizados na zona rural via satélite;

20 – Os ETs são recolhidos em garagem ou pátio com estrutura física e condições de segurança adequadas para guardá-los?

Situação identificada – A prefeitura de Santa Terezinha dispõe de pátio aberto para guarda de veículos, contando também com condições de segurança.

Recomendação:

- a) Sem recomendações;

21 – São registradas as informações de cada abastecimento de combustível e óleo lubrificante realizado nos Ets?

Situação identificada – Até a realização do QACI não havia informações de cada abastecimento de combustível e óleo lubrificante realizados nos Ets. Encontra-se em fase de implantação o Sistema SAGA



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

para gerenciamento de abastecimentos, onde será possível emitir relatórios individualizado de abastecimentos dos ETs.

Recomendação

- a) Emissão de relatórios de consumo médio por Ets.

22 – Os pneumáticos da frota recebem identificação física (marcação à fogo ou etiqueta eletrônica), visando inibir substituições não autorizadas?

Situação identificada – Não foram identificados identificação nos pneumáticos da frota municipal.

Recomendação:

- a) Implantar identificação de pneumáticos;

23 – São registradas as informações sobre a especificação técnica e a utilização dos pneus da frota (marca, tipo, dimensão, vida útil, recapagens, etc.)?

Situação identificada – Não são realizados registros de especificações técnicas dos pneumáticos.

Recomendação

- a) Implantar sistema de informação de registro de especificações técnicas dos penumáticos .

24 – É elaborado o Plano de Manutenção Operacional dos ETs, visando garantir condições primárias de operação e identificar eventuais falhas mecânicas?

Situação identificada – A prefeitura municipal não possui Plano de Manutenção Operacional dos Ets.

Recomendação

- a) Elaborar Plano de Manutenção Operacional dos Ets.

25 – É elaborado o Plano de Manutenção Preventiva dos ETs, visando mantê-los em boas condições operacionais?



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

Situação identificada – A entidade não elabora Plano de Manutenção Preventiva dos ETs, podendo assim ocasionar acidentes e prejuízos ao patrimônio público.

Recomendação:

- a) Elaborar Plano de Manutenção Preventiva dos Ets;

26 – São registradas as informações dos serviços de manutenção realizados nos Ets?

Situação identificada – As informações dos serviços de manutenção realizadas nos ETs não são registradas, o que pode ocasionar em fraudes nos serviços prestados, pois não tem como emitir relatório para o acompanhamento ou tomadas de decisões.

Recomendação

- a) Registrar as informações dos serviços de manutenção realizado nos Ets;

27 – É registrado o tempo de execução dos serviços de manutenção realizados na oficina própria da Organização?

Situação identificada – A entidade não registra o tempo de execução dos serviços de manutenção realizados na oficina própria, não são elaborados quaisquer registro de serviços ou tempo de execução na manutenção dos Ets.

Recomendação:

- a) Registrar o tempo de execução dos serviços de manutenção dos ETs realizados na oficina própria da prefeitura municipal.

28 – É realizado o controle de movimentação (entrada/saída) de materiais do almoxarifado da frota?

Situação identificada – A prefeitura faz o controle de matérias do almoxarifado da frota manualmente. Esta sendo implantado o sistema informatizado do qual emitira relatórios de aquisição de dispersação de materiais do almoxarifado da frota.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

Recomendação

- a) Realizar o controle (entrada/saída) informatizado dos matérias do almoxarifado do frotas.

29 – Há um Sistema de Custos implementado a partir de um Plano de Contas, estruturado para identificar os tipos de despesas e os centros de custo da frota?

Situação identificada – Não existe um Sistema de Custos da Frota na entidade para elaboração de planejamentos e tomadas de decisões a partir de relatórios emitidos pelos mesmos .

Recomendação

- a) Implantar Sistema de Custos da Frota.

30 – É realizado mensalmente o cálculo, a análise e o acompanhamento do custo operacional dos Ets?

Situação identificada – Não é realizado quaisquer cálculo, análise ou acompanhamento do custo operacional dos ETs na entidade.

Recomendação:

- a) Realizar cálculos mensais, análise e acompanhamento do custo operacional dos ETs.

31 – São calculados indicadores de desempenho do Sistema de Transporte?

Situação identificada – A prefeitura municipal não calcula indicadores de desempenho do Sistema de Transportes.

Recomendação

- a) Elaborar cálculos de indicadores de desempenho do Sistema de Transportes;

32 – A Organização possui uma Política de Renovação da Frota?

Situação identificada – A entidade não possui política de renovação da frota.



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

Recomendação:

- a) Implantar Política de Renovação da Frota.

33 – É elaborado Plano de Aquisições de ETs, baseado em critérios técnicos de adequação e dimensionamento da frota?

Situação identificada – Não foi identificado Plano de Aquisições de Ets

Recomendação

- a) Elaborar Plano de Aquisições de ETs;

34- A organização realizou uma avaliação da vantajosidade da terceirização da frota, elaborado a partir de critérios técnicos e econômicos?

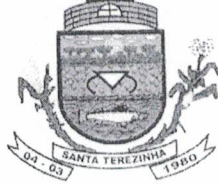
Situação identificada – A organização não realizou avaliação de vantajosidade da terceirização da frota.

Recomendação:

- a) Realizar avaliação de vantajosidade da terceirização da frota;

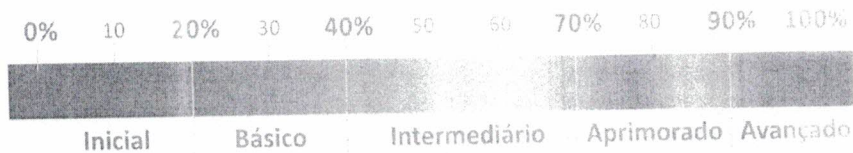
Além das verificações in loco, esta controladoria mantém o diálogo como forma de perceber a situação do dia a dia, percebe-se que os colaboradores da unidade estão envolvidos nas atividades que lhe são obrigatórias, porém é evidente a necessidade de um aprimoramento nos controles e equipe responsável.

De acordo com o percentual de pontos obtidos frente ao total de pontos possíveis, foi atribuído, para fins de definição do nível de maturidade dos sistemas controles internos do município de Santa Terezinha – MT o conceito da escala já utilizado pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União em trabalhos similares, conforme apresentado a seguir:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

1. Gráfico 1 – Nível de maturidade dos controles internos



Fonte: Acórdão TCU n. 568/2014 – Plenário

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - MT ficou enquadrada no nível de maturidade de controles **Intermediário**, com **47,05%** dos pontos possíveis, fato que ainda coloca a atividade em grande probabilidade de ocorrência de impropriedades e/ou irregularidades capazes de impactar negativamente os objetivos almejados quando da execução das ações da Gestão de Contratações Públicas. Ou seja, quanto maior for o nível de maturidade alcançado, menor será o seu risco residual de erros ou irregularidades na execução do programa, haja vista a relação inversamente proporcional entre controles internos e a ocorrência das mais diversas irregularidades. Face ao exposto, a análise em licitações e contratos públicos, demonstra a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas controles internos no município de Santa Terezinha -MT no ciclo de execução das atividades de contratações públicas, o que pode ser alcançado com o comprometimento dos gestores em implementar medidas tendentes a fortalecer os controles internos administrativos, como forma de contribuir para o aprimoramento da gestão e o desempenho da administração municipal na execução do programa em análise.

O aspecto que chamou atenção na execução dos trabalhos de auditoria foi o fato de apesar de haver procedimentos dentro da legalidade não há um aprimoramento nos processos internos e nem previsão de melhoria de práticas, quando há problemas resolvem-se pontualmente, sem a implantação de novas rotinas que aprimorariam os controles internos, conduzindo a à facilitação dos trabalhos no dia a dia. Aspectos estes que podem e devem evoluir ano após ano, independente das gestões político administrativas, devem sempre buscar seu objetivo de forma legal, eficiente e eficaz, na sua totalidade.

IV. BOAS PRÁTICAS

As boas práticas são as ações que devem ser ressaltadas durante as avaliações de controle interno, como forma de destacar o que vem sendo feito de forma positiva e além da obrigação legal,



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

geralmente são voltadas visando a eficiência, eficácia no atendimento das demandas ou o bem estar dos usuários do serviço público, assim sendo, identificamos como ação considerada boa prática na Gestão Contratações Públicas, Que a entidade, pública os editais e avisos de licitação no seu site oficial e no portal da Transparência, e podem ser encontrados no link <http://www.santaterezinha.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes>, na aba Licitações. Consideramos boa prática porque está informação está além da exigida legalmente no portal transparência, facilitando o acesso a informação e a busca por fornecedores, tornando a divulgação mais ampla, alcançando um número maior de interessados.

V. CONCLUSÃO

A avaliação realizada abrangeu aspectos essenciais do componente atividade de controle da área de logística de Gestão de Contratações Públicas no exercício 2019. As conclusões restringem-se aos elementos avaliados das atividades de controle relacionadas aos processos examinados e inspeções físicas realizadas, não foram avaliados os quesitos qualitativos nesta averiguação.

Face ao exposto, somos de opinião que a Prefeitura do Município de Santa Terezinha deve adotar, para as ações que envolvem a gestão de Contratações Públicas, medidas corretivas com vistas a elidirem os pontos ressaltados neste relatório, implementando as seguintes **RECOMENDAÇÕES**:

1. *Revisão da instrução normativa relativa a gestão de Contratações Públicas e elaboração de cartilhas e manuais que instruem os servidores sobre os procedimentos;*
2. *Revisão de manual de normas e procedimentos bem como a disponibilização dos mesmos aos servidores;*
3. *Implantar um documento padrão para a oficializar as demandas;*
4. *Aprimoramento e capacitação do setor, estabelecendo critérios e objetivos claros e de fácil entendimento para os servidores e credores que articulam com o mesmo;*
5. *Implantar sistema de gerenciamento de compras e aquisições a partir de um planejamento satisfatório de aquisições, contendo no plano anual informações como descrição do objeto; quantidade estimada de contratação; valor estimado; identificação do requisitante; período estimado para aquisição; justificativa da necessidade;*



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI

- programa/ação suportada pela aquisição e objetivos apoiados pela aquisição; outros a especificar;*
6. *Criação e implantação do uso de listas e históricos de compras como forma de organizar as aquisições;*
 7. *Aprimoramento e atualização dos atos normativos concernentes a licitações e compras;*
 8. *Aplicação do ato normativo para o referenciamento de preços para as aquisições;*
 9. *Aprimoramento das normas relativas a cadastro de fornecedores, bem como a divulgação das mesmas;*
 10. *Edição de ato normativo determinando regras para o planejamento das contratações de bens e serviços;*
 11. *Melhorar e aprimorar o controle e o uso das normas relativas as aquisições de bens e serviços;*
 12. *Estabelecer politica de planejamento de aquisições, bem como estabelecer normas e regras claras que norteiam as compras de bens e serviços;*
 13. *Aprimorar a utilização dos sistemas informatizados, afim de aprimorar os controles internos, por meio de capacitação e qualificação dos servidores envolvidos com aquisições.*
 14. *Aplicar instrumento normativo para a pesquisa e referência de preços.*
 15. *Promover a melhoria dos controles e padronização de procedimentos dos editais de licitação;*
 16. *Promover capacitação dos servidores envolvidos com a fase externa das aquisições.*
 17. *Estabelecer mecanismos para verificação de cadastros impeditivos e penalidades durante a realização dos certames;*
 18. *Estabelecer prática de designação de profissionais para acompanhar as aquisições mais complexas com o intuito de realizar a melhor compra;*
 19. *Estabelecer mecanismos para poder avaliar o tempo dispensado em uma aquisição, seja por meio de processo licitatório ou compra direta;*
 20. *Alimentar o sistema informatizado, com o intuito de melhorar os controles e a eficiência dos processos licitatórios.*
 21. *Implantar rotina de realização de reunião inicial de contrato, visando o conhecimento do contrato, apresentação do fiscal, definição dos termos de trabalho e esclarecimento dos tópicos contratuais firmados;*
 22. *Implantar rotinas de efetivo acompanhamento de fiscalização contratual, capacitando os fiscais de contrato visando o aprimoramento dos controles relativos a fiscalização contratual de forma a tornar o agente fiscalizador mais participativo do processo;;*
 23. *Aprimorar o uso dos sistemas locados. Inserir as informações necessárias para a melhor gestão dos processos licitatórios.*



**ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - UCI**

24. Aprimorar o recebimento de objetos, serviços e materiais adquiridos pela prefeitura, elaborando dispositivo que garantam a entrega do objeto contratado.
25. Normatizar procedimentos relativos a penalização de entes privados quando não cumprirem com os contratos e/ou convênios firmados.
26. Normatizar procedimentos relativos a consulta de regularidade antes de cada pagamento;
27. Elaborar e implantar plano de capacitação para as atividades de contratação pública;

Os achados de auditoria indicam que a atividade de Gestão de Contratações Públicas no município de Santa Terezinha/MT apresenta vulnerabilidades e deficiências significativas em seus sistemas de gestão de riscos e controles internos. Dessa forma, é imperioso que o gestor municipal adote providências, com base no diagnóstico realizado, buscando implementar os controles inexistentes apresentados neste achado de auditoria, com objetivo de aprimorar a gestão da atividade e consequentemente, contribuir para a melhor aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.

É o Relatório que se submete à consideração superior.

Santa Terezinha/MT, 25 de Outubro de 2019.

Luiz Jônio Barbosa Sandes
Controlador Interno
Santa Terezinha/MT



PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Ao Senhor Prefeito _____ / _____ / _____ Assinatura: _____
